



II SIMULADO JURÍDICO DE NIVELAMENTO PROVÃO DE BOLSAS

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO EXCLUSIVO

- 1 – Este simulado conta com questões focadas na carreira jurídica;
- 2 – A prova contém **100 questões**;
- 3 – As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores, com questões A, B, C, D, E.
- 4 – Este PDF foi enviado por e-mail, disponibilizado na área do aluno e em um artigo publicado no blog do Estratégia Concursos;
- 5 – Os participantes têm das **8:30 às 13:00** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 6 – O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado na última página deste PDF;
- 7 – O Gabarito do Simulado e o Ranking Classificatório com nota serão divulgados no blog do Estratégia Concursos.
- 8 – Esse simulado é uma auto avaliação! Você mesmo (a) vai corrigir, a partir do padrão de respostas disponível na área do aluno.

PREENCHA SEU GABARITO NO LINK – <https://bit.ly/Simulado-Nivelamento-ECJ-07-08>

01 – A B C D E	21 – A B C D E	41 – A B C D E	61 – A B C D E	81 – A B C D E
02 – A B C D E	22 – A B C D E	42 – A B C D E	62 – A B C D E	82 – A B C D E
03 – A B C D E	23 – A B C D E	43 – A B C D E	63 – A B C D E	83 – A B C D E
04 – A B C D E	24 – A B C D E	44 – A B C D E	64 – A B C D E	84 – A B C D E
05 – A B C D E	25 – A B C D E	45 – A B C D E	65 – A B C D E	85 – A B C D E
06 – A B C D E	26 – A B C D E	46 – A B C D E	66 – A B C D E	86 – A B C D E
07 – A B C D E	27 – A B C D E	47 – A B C D E	67 – A B C D E	87 – A B C D E
08 – A B C D E	28 – A B C D E	48 – A B C D E	68 – A B C D E	88 – A B C D E
09 – A B C D E	29 – A B C D E	49 – A B C D E	69 – A B C D E	89 – A B C D E
10 – A B C D E	30 – A B C D E	50 – A B C D E	70 – A B C D E	90 – A B C D E
11 – A B C D E	31 – A B C D E	51 – A B C D E	71 – A B C D E	91 – A B C D E
12 – A B C D E	32 – A B C D E	52 – A B C D E	72 – A B C D E	92 – A B C D E
13 – A B C D E	33 – A B C D E	53 – A B C D E	73 – A B C D E	93 – A B C D E
14 – A B C D E	34 – A B C D E	54 – A B C D E	74 – A B C D E	94 – A B C D E
15 – A B C D E	35 – A B C D E	55 – A B C D E	75 – A B C D E	95 – A B C D E
16 – A B C D E	36 – A B C D E	56 – A B C D E	76 – A B C D E	96 – A B C D E
17 – A B C D E	37 – A B C D E	57 – A B C D E	77 – A B C D E	97 – A B C D E
18 – A B C D E	38 – A B C D E	58 – A B C D E	78 – A B C D E	98 – A B C D E
19 – A B C D E	39 – A B C D E	59 – A B C D E	79 – A B C D E	99 – A B C D E
20 – A B C D E	40 – A B C D E	60 – A B C D E	80 – A B C D E	100 – A B C D E

DIREITO CONSTITUCIONAL

Nelma Fontana

01. A respeito da eficácia das normas constitucionais, segundo orientação doutrinária clássica e nos termos da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, indique a alternativa correta.

- a) Norma constitucional de eficácia limitada, enquanto não regulamentada, não produz nenhum efeito no ordenamento jurídico.
- b) O dispositivo constitucional que assegurada o direito de resposta, proporcional ao agravo, além da indenização por dano material, moral ou à imagem é espécie de norma de eficácia limitada de princípio programático, uma vez que o exercício do direito de resposta depende de regulamentação estabelecida por lei infraconstitucional.
- c) Norma constitucional de eficácia contida, até que sobrevenha lei infraconstitucional regulamentadora, terá plena eficácia e aplicabilidade integral.
- d) A norma constitucional que prescreve a livre locomoção no território nacional em tempo de paz, podendo qualquer pessoa, nos termos da lei, nele entrar, permanecer ou dele sair com seus bens é exemplo de norma constitucional de eficácia plena.
- e) Norma constitucional de eficácia limitada é aquela que produz, desde logo, todos os seus efeitos, embora possa sofrer restrição de alcance por meio de lei infraconstitucional.

02. A respeito de conceito, elementos e formação de Estado, forma de Estado, sistema de governo e forma de governo, indique a única resposta INCORRETA.

- a) Em uma República, o governante deve ser eleito diretamente pelo povo.
- b) A forma federativa de Estado, no Brasil, constitui limitação material expressa ao poder de reforma da Constituição e não pode ser abolida nem mesmo por emenda à Constituição.

c) Em decorrência do sistema presidencialista de governo, no Brasil, o Presidente da República acumula as funções de chefe de Estado e chefe de governo.

d) Em uma federação, a organização político-administrativa do Estado é descentralizada, de maneira que, no caso brasileiro, União, Estados, Distrito Federal e Municípios são autônomos, não havendo nenhum tipo de hierarquia entre os entes.

e) A República não foi consagrada expressamente pela Constituição Federal de 1988 como cláusula pétreia.

03. A respeito da organização político-administrativa do Estado, indique a assertiva correta.

- a) Sendo o Brasil um Estado laico, a Constituição Federal vedava que a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios mantivessem cultos religiosos ou igrejas qualquer tipo de aliança.
- b) Nos termos da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, lei estadual que disponha sobre porte de arma de fogo, é inconstitucional, por invadir matéria da competência da União.
- c) A forma federativa de governo, conforme previsão constitucional expressa, integra o chamado núcleo duro da Constituição, mais conhecido como cláusula pétreia.
- d) As competências da União e dos Estados estão expressas na Constituição Federal, mas as competências dos Municípios são, em regra, residuais.
- e) Compete aos Municípios explorar diretamente, ou mediante concessão, os serviços locais de gás canalizado.

04. Determinado deputado apresentou um projeto de lei para reduzir a alíquota de imposto de renda. O projeto foi votado em um único turno na Câmara dos Deputados, tendo atingido 230 votos favoráveis. Registraram presença na sessão 415 deputados federais. Seguiu para o Senado e foi votado também em um turno, com 49 votos favoráveis. Em seguida, o Presidente da República, no décimo dia útil do

recebimento do projeto, vetou-o por vício de iniciativa, sob alegação de que projeto de lei sobre matéria tributária é de sua iniciativa privativa. A respeito do assunto, indique a alternativa INCORRETA.

- a) Como o projeto de lei foi de iniciativa de deputado federal, a Casa Iniciadora, necessariamente, teria que ser a Câmara dos Deputados.
- b) O quórum exigido para aprovar lei ordinária é o de maioria simples, razão pela qual o projeto foi regularmente aprovado nas duas Casas Legislativas.
- c) O Presidente da República tem quinze dias úteis para sancionar ou vetar projeto de lei aprovado pelo Congresso Nacional.
- d) A Constituição Federal, diferente do que se dá no processo legislativo das emendas, fixou um único turno, em cada Casa Legislativa, para votação de projetos de lei.
- e) Projeto de lei sobre matéria tributária é da iniciativa privativa do Presidente da República, motivo pelo qual o veto foi acertado, dado o vício formal de iniciativa.

05. A respeito do Poder Legislativo e da autonomia estadual, assinale a opção correta, nos termos definidos pela Constituição Federal e pela jurisprudência do Supremo Tribunal Federal.

- a) Compete ao Congresso Nacional processar e julgar o Ministro do Supremo Tribunal Federal por crime de responsabilidade.
- b) Nenhum Estado poderá eleger menos do que oito deputados federais e nem mais do que setenta e cinco.
- c) A comissão parlamentar de inquérito (CPI), embora possua poderes de investigação próprios das autoridades judiciais não pode promover a quebra de sigilo bancário de investigado.
- d) Compete ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, conceder anistia. Terrorismo, tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, tortura e os crimes hediondos definidos por lei não admitem anistia.

e) Nas últimas eleições, o Estado do Rio de Janeiro elegeu 46 deputados federais. A quantidade de deputados estaduais é definida a partir da quantidade de deputados federais eleitos, de forma que o número de deputados estaduais do Rio de Janeiro corresponde ao triplo da representação do Estado na Câmara dos Deputados.

06. Acerca do Poder Judiciário, indique a alternativa INCORRETA:

- a) Deve o juiz residir na Comarca em que atua, salvo por autorização do tribunal.
- b) Um terço das vagas dos Tribunais Regionais Federais deve ser reservado a advogados e membros do Ministério Público.
- c) A vitaliciedade é uma das garantias constitucionais da magistratura. No primeiro grau, só será adquirida após dois anos de exercício e, nos tribunais, na data da posse.
- d) É obrigatória a promoção do juiz que figurar por três vezes consecutivas ou cinco alternadas na lista de merecimento.
- e) Na promoção por antiguidade, o tribunal poderá, por decisão fundamentada de dois terços de seus membros, recusar a promoção do magistrado mais antigo.

07. A respeito do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), indique a única alternativa incorreta.

- a) O Conselho Nacional de Justiça é órgão do Poder Judiciário, embora seis de seus quinze membros não integrem o Poder Judiciário.
- b) Não efetuadas as indicações dos membros do CNJ no prazo legal, caberá a escolha ao Supremo Tribunal Federal.
- c) A função de Ministro-Corregedor é exercida pelo Ministro do Superior Tribunal de Justiça.

d) Compete ao Conselho Nacional de Justiça o controle da atuação administrativa e financeira do Poder Judiciário e do cumprimento dos deveres funcionais dos juízes e dos servidores.

e) O Procurador-Geral da República e o Presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil oficiarão junto ao Conselho Nacional de Justiça.

08. A respeito do Poder Executivo, indique a alternativa INCORRETA:

a) Os atos do Presidente da República que atentam contra a lei orçamentária configuram crime de responsabilidade.

b) Compete ao Senado Federal julgar o Presidente da República por crime de responsabilidade e ao Supremo Tribunal Federal compete julgar o Chefe do Executivo da União por crime comum. Nos dois casos, primeiro é necessário que a Câmara admitida a acusação, por dois terços de seus membros.

c) O Presidente da República ficará suspenso de suas funções, por até cento e oitenta dias, nas infrações penais comuns, se admitida a acusação pela Câmara dos Deputados.

d) O Presidente da República, durante o mandato, não se submete à prisão provisória, nem mesmo em razão de flagrante de crime inafiançável.

e) Na vigência de seu mandato, o Chefe do Executivo da União não pode ser responsabilizado por atos estranhos ao exercício de suas funções. Essa prerrogativa não pode ser estendida nem a Governadores e nem a Prefeitos.

09. Quanto aos direitos e garantias fundamentais, assinale a opção correta.

a) Os tratados internacionais sobre direitos humanos são incorporados automaticamente ao ordenamento jurídico brasileiro com força de norma constitucional derivada.

b) Para que possam concorrer a outros cargos, os titulares de mandatos eletivos do Executivo e do Legislativo deverão renunciar aos seus cargos até seis meses antes do pleito. Assim, o governador é inelegível deputado, bem como o senador é inelegível Presidente da República, salvo se renunciarem aos seus respectivos cargos no prazo fixado pela Constituição Federal.

c) Partidos políticos têm personalidade jurídica de direito público, razão pela qual devem prestar contas à Justiça Eleitoral periodicamente.

d) São brasileiros natos, em regra, os que nascem no Brasil, independentemente de os pais serem ou não brasileiros. Aqueles que nascem fora do Brasil, ainda que filhos de brasileiros, não obterão a nacionalidade primária dos pais, salvo se vierem residir no Brasil e optarem, a qualquer tempo, depois de adquirida a maioridade, pela nacionalidade brasileira.

e) O sindicato é legitimado a fazer a defesa dos direitos e interesses coletivos ou individuais da categoria, nas questões judiciais e extrajudiciais, independentemente de autorização expressa do associado.

10. Com relação às funções institucionais do Ministério Público, considere:

I. requisitar diligências investigatórias e a instauração de inquérito policial, indicados os fundamentos jurídicos de suas manifestações processuais.

II. promover a ação de constitucionalidade ou representação para fins de intervenção da União e dos Estados, nos casos previstos na Constituição.

III. promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos.

IV. exercer outras funções que lhe forem conferidas, desde que compatíveis com sua finalidade, sendo-lhe vedada a representação judicial e permitida a consultoria jurídica de entidades públicas.

Está correto o que se afirma APENAS em

- a) I e II.
- b) I e III.
- c) I, II e III.
- d) I, II e IV.
- e) I, III e IV.

11. A criação de regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, constituídas por agrupamentos de municípios limítrofes, para integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum é competência

- a) dos Estados, mediante lei complementar.
- b) da União, por lei complementar.
- c) do Município, mediante lei.
- d) da União, por lei aprovada pelo Congresso Nacional.
- e) dos Estados, por lei aprovada pela Assembleia Legislativa.

12. O Município de Maceió editou lei que afrontava dispositivo expresso da Constituição de Alagoas, de reprodução obrigatória da Constituição Federal e nos seus exatos termos. Considerando a situação hipotética, indique a alternativa que indica corretamente a ação cabível e o órgão judicial competente para processá-la e julgá-la.

- a) Ação direta de inconstitucionalidade e o Supremo Tribunal Federal.
- b) Ação civil pública e o Tribunal de Justiça de Alagoas.
- c) Ação direta de inconstitucionalidade e o juízo de Fazenda Pública de Maceió.
- d) Ação direta de inconstitucionalidade e o Tribunal de Justiça de Alagoas.

- e) Arguição de descumprimento de preceito fundamental e o Tribunal Regional Federal da 5ª Região.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Rodolfo Penna

13. No que diz respeito ao Controle Administrativo, é correto afirmar:

- a) O controle finalístico exercido pela Administração direta sobre as entidades da administração indireta decorre do escalonamento vertical da estrutura da Administração.
- b) É da competência exclusiva do Congresso Nacional, fiscalizar e controlar, diretamente, ou por qualquer de suas Casas, os atos do Poder Executivo, excluídos os da administração indireta.
- c) De acordo com o STF é constitucional norma local que estabeleça a competência do tribunal de contas para realizar exame prévio de validade de contratos firmados com o poder público.
- d) Os Tribunais de Contas estão sujeitos ao prazo de cinco anos para o julgamento da legalidade do ato de concessão inicial de aposentadoria, reforma ou pensão, a contar da chegada do processo à respectiva Corte de Contas, em atenção aos princípios da segurança jurídica e da confiança legítima.
- e) Cabe ao TCU apreciar a legalidade das nomeações para cargo de provimento em comissão na administração direta e indireta, incluídas as fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público.

14. Nos termos da jurisprudência dos tribunais superiores sobre Processo Administrativo Disciplinar, é correto afirmar

- a) A participação de membro da comissão processante em mais de um processo administrativo disciplinar envolvendo o mesmo investigado macula a imparcialidade, ainda que se trate da apuração de fatos distintos.

- b) A sentença de absolvição no âmbito criminal por ausência de provas repercutem na esfera administrativa.
- c) É imprescindível a exposição detalhada dos fatos a serem apurados na portaria de instauração do processo administrativo disciplinar.
- d) Não é permitida a prova emprestada no processo administrativo disciplinar.
- e) Admite-se o exame da proporcionalidade e da razoabilidade da penalidade imposta ao servidor, porquanto se encontra relacionada com a própria legalidade do ato administrativo.

15. Nos termos da jurisprudência dos tribunais superiores sobre Improbidade Administrativa, é incorreto afirmar:

- a) É possível acordo de não persecução cível no âmbito da ação de improbidade administrativa em fase recursal.
- b) O magistrado não tem competência para aplicar a sanção de cassação de aposentadoria a servidor condenado judicialmente por improbidade administrativa.
- c) A conduta do agente público que, em atuação legislativa lato sensu, recebe vantagem econômica indevida não configura ato de improbidade administrativa.
- d) O processo e julgamento de prefeito municipal por crime de responsabilidade não impede sua responsabilização por atos de improbidade administrativa.
- e) A nomeação do cônjuge de prefeito para o cargo de Secretário Municipal, por se tratar de cargo público de natureza política, por si só, não caracteriza ato de improbidade administrativa.

16. Em relação aos Poderes Administrativos, é correto afirmar que:

- a) A sanção sofrida por um particular em caso de descumprimento de cláusula de contrato

administrativo firmado com a Administração Pública constitui manifestação do poder de polícia.

- b) Nos termos da jurisprudência do STJ a aplicação da pena de demissão e de cassação de aposentadoria, quando comprovado que a conduta do investigado se amolda a essas hipóteses, é ato discricionário, cabendo à autoridade, verificados os critérios definidos em lei, aplicar penalidade mais adequada ao caso.
- c) O mandado de segurança contra ato administrativo no exercício de competência delegada deve ser impetrado em face da autoridade delegante, titular da competência.
- d) A atribuição concedida ao administrador para organizar e distribuir as funções de seus órgãos de maneira vertical, estabelecendo uma relação de subordinação, decorre do poder hierárquico.
- e) O ato administrativo vinculado tem como característica a possibilidade de anulação apenas pela administração.

17. O pregão é uma modalidade de licitação obrigatória para aquisição de bens e serviços comuns, cujo critério de julgamento, nos termos da Lei 14.133/2021 poderá ser:

- a) Técnica e preço.
- b) Maior retorno econômico.
- c) Menor preço ou maior retorno econômico.
- d) Menor preço ou o de maior desconto.
- e) Menor preço, apenas.

18. Sobre Organização Administrativa, é correto afirmar:

- a) A criação de empresas estatais é expressão da descentralização administrativa e ocorre da mesma forma da instituição de autarquias.
- b) É prescindível a autorização legislativa para a alienação do controle acionário de empresas públicas e sociedades de economia.

c) Os Conselhos Profissionais, enquanto autarquias corporativas criadas por lei com outorga para o exercício de atividade típica do Estado devem adotar o regime jurídico único, vedada a adoção da legislação trabalhista para contratação de seus servidores.

d) É aplicável o regime dos precatórios às sociedades de economia mista prestadoras de serviço público próprio do Estado e de natureza não concorrencial.

e) As fundações públicas de direito privado fazem jus à isenção das custas processuais.

19. Nos termos da Lei 14.133/2021, constituirão motivos para extinção do contrato administrativo, exceto:

a) O atraso na liberação das áreas sujeitas a desapropriação, a desocupação ou a servidão administrativa, ou impossibilidade de liberação dessas áreas.

b) A alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que restrinja sua capacidade de concluir o contrato.

c) A decretação de falência, o pedido de recuperação judicial, dissolução da sociedade ou falecimento do contratado.

d) O não cumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz.

e) O atraso na obtenção da licença ambiental, ou impossibilidade de obtê-la, ou alteração substancial do anteprojeto que dela resultar, ainda que obtida no prazo previsto.

20. Nos termos da Lei 14.133/2021, sobre Licitações e Contratos Administrativos é correto afirmar:

a) É dispensável a licitação para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), no caso de outros serviços e compras.

b) É inexigível a licitação nos casos de guerra, estado de defesa, estado de sítio, intervenção federal ou de grave perturbação da ordem.

c) É inexigível a licitação quando a União tiver que intervir no domínio econômico para regular preços ou normalizar o abastecimento.

d) É dispensável a licitação para contratação que tenha por objeto aquisição de medicamentos destinados exclusivamente ao tratamento de doenças raras definidas pelo Ministério da Saúde.

e) É dispensável a licitação para a aquisição ou locação de imóvel cujas características de instalações e de localização tornem necessária sua escolha.

21. Assinale a alternativa que corrobora o entendimento dos Tribunais Superiores:

a) É incompatível com a Constituição Federal norma de Constituição estadual que disponha sobre nova hipótese de foro por prerrogativa de função, em especial relativo a ações destinadas a processar e julgar atos de improbidade administrativa.

b) Prescrevem em 05 anos, as ações indenizatórias por danos morais e materiais decorrentes de atos de perseguição política com violação de direitos fundamentais ocorridos durante o regime militar.

c) É inconstitucional a legislação estadual que determina que o regime jurídico celetista incide sobre as relações de trabalho estabelecidas no âmbito de fundações públicas, com personalidade jurídica de direito privado, destinadas à prestação de serviços de saúde.

d) A vedação ao Poder Judiciário de aumentar vencimentos de servidores públicos sob fundamento de isonomia não se aplica às verbas de caráter indenizatório.

e) O teto constitucional remuneratório incide sobre os salários pagos por empresas públicas e sociedades de economia mista, que não recebam recursos da Fazenda Pública.

22. Acerca das Consórcios Públicos, assinale a alternativa incorreta:

- a) O consórcio público adquirirá personalidade jurídica de direito público, no caso de constituir associação pública, mediante a vigência das leis de ratificação do protocolo de intenções.
- b) O consórcio público, com personalidade jurídica de direito público, observará as normas de direito público no que concerne à realização de licitação, à celebração de contratos, à prestação de contas e à admissão de pessoal, que será regido por estatuto próprio.
- c) O contrato de rateio será formalizado em cada exercício financeiro, e seu prazo de vigência não será superior ao das dotações que o suportam, com exceção dos contratos que tenham por objeto exclusivamente projetos consistentes em programas e ações contemplados em plano plurianual.
- d) É vedada a aplicação dos recursos entregues por meio de contrato de rateio para o atendimento de despesas genéricas, inclusive transferências ou operações de crédito.
- e) O contrato de consórcio público será celebrado com a ratificação, mediante lei, do protocolo de intenções.

23. Com base na Lei 9.784/99, sobre Processo Administrativo, assinale a alternativa correta

- a) Em regra, o processo administrativo é formalizado por escrito e em obediência ao rito previsto na lei, são exigidas solenidades rígidas.
- b) O processo administrativo deve ser pautado pela publicidade e transparência, com ampla divulgação à sociedade, viabilizando o acesso aos particulares interessados, tendo em vista o princípio constitucional da publicidade, não admitindo exceções.
- c) A Administração pode instaurar e impulsionar, de ofício, o processo administrativo até a decisão final, independentemente de provocação de qualquer interessado.
- d) Após a instrução de processo administrativo, a Administração tem o prazo de até quinze dias para

decidir, salvo prorrogação por igual período expressamente motivada.

- e) No caso de efeitos patrimoniais contínuos, o prazo de decadência contar-se-á da percepção do último pagamento.

24. Acerca dos Bens Públicos, é correto afirmar que:

- a) Segundo o ordenamento jurídico vigente, são considerados públicos os bens do domínio nacional pertencentes às pessoas jurídicas de direito público interno, sendo os demais considerados bens particulares, seja qual for a pessoa a que pertencerem.
- b) Os bens públicos de uso comum do povo e os de uso especial são inalienáveis, ainda que desafetados, na forma que a lei determinar.
- c) As terras devolutas indispensáveis à preservação do meio ambiente são bens de titularidade da Estados.
- d) Os bens das empresas públicas prestadoras de serviços públicos se sujeitam à penhora ainda que estejam diretamente ligados à prestação de serviços.
- e) Entre os bens públicos, apenas os dominicais são sujeitos a usucapião, sendo imprescritíveis tanto os bens de uso comum do povo como os bens de uso especial.

DIREITO CIVIL

Paulo Sousa

25. Com relação aos direitos da personalidade, assinale a alternativa correta:

- a) São absolutamente incapazes aqueles que, por causa permanente, não puderem exprimir sua vontade.
- b) Pode ser declarada a morte presumida, com decretação de ausência, se for extremamente provável a morte de quem estava em perigo de vida.
- c) A personalidade civil da pessoa começa do nascimento com vida; mas a lei põe a salvo, desde a concepção, os direitos do concepto.

- d) Se dois ou mais indivíduos falecerem na mesma ocasião, não se podendo averiguar se algum dos comorientes precedeu aos outros, presumir-se-ão simultaneamente mortos.
- e) Far-se-á averbação em registro público da sentença declaratória de ausência e de morte presumida.

26. Assinale a alternativa que contraria o entendimento jurisprudencial acerca da responsabilidade civil.

- a) A ausência de registro da transferência implica a responsabilidade do antigo proprietário por dano resultante de acidente que envolva o veículo alienado.
- b) Em caso de responsabilidade extracontratual, os juros moratórios fluem a partir do evento danoso.
- c) Nas indenizações por ato ilícito, os juros compostos somente são devidos por aquele que praticou o crime.
- d) A correção monetária do valor da indenização do dano moral incide desde a data do arbitramento.
- e) São civilmente responsáveis pelo ressarcimento de dano, decorrente de publicação pela imprensa, tanto o autor do escrito quanto o proprietário do veículo de divulgação.

27. Com relação ao parcelamento do solo urbano, é correto afirmar:

- a) Considera-se loteamento a subdivisão de gleba em lotes destinados a edificação, com abertura de novas vias de circulação, de logradouros públicos ou prolongamento, modificação ou ampliação das vias existentes.
- b) Considera-se loteamento a subdivisão de gleba em lotes destinados a edificação, com aproveitamento do sistema viário existente, desde que não implique na abertura de novas vias e logradouros públicos, nem no prolongamento, modificação ou ampliação dos já existentes.
- c) Considera-se loteamento o terreno servido de infra-estrutura básica cujas dimensões atendam aos índices urbanísticos definidos pelo plano diretor ou lei municipal para a zona em que se situe.

- d) O loteamento poderá ser constituído sob a forma de imóvel autônomo ou de unidade imobiliária integrante de condomínio de lotes.
- e) Constitui lote a modalidade de loteamento, cujo controle de acesso será regulamentado por ato do poder público Municipal, sendo vedado o impedimento de acesso a pedestres ou a condutores de veículos, não residentes, devidamente identificados ou cadastrados.

28. Com relação às locações dos imóveis urbanos, é correto afirmar:

- a) Considera-se locação residencial quando o locatário for pessoa jurídica e o imóvel, destinar-se ao uso de seus titulares, diretores, sócios, gerentes, executivos ou empregados.
- b) O contrato de locação por prazo indeterminado pode ser denunciado por escrito, pelo locador, concedidos ao locatário noventa dias para a desocupação.
- c) Nas locações residenciais ajustadas por escrito e por prazo igual ou superior a trinta meses, a resolução do contrato ocorrerá findo o prazo estipulado, somente após notificação ou aviso.
- d) Considera-se locação para temporada aquela destinada à residência temporária do locatário, para prática de lazer, realização de cursos, tratamento de saúde, feitura de obras em seu imóvel, e outros fatos que decorrem tão-somente de determinado tempo, e contratada por prazo não superior a noventa dias, esteja ou não mobiliado o imóvel.
- e) A locação de vagas autônomas de garagem regula-se pelo disposto na lei especial, aplicando-se subsidiariamente o Código Civil, no que couber.

29. Com relação à impenhorabilidade do bem de família, é correto afirmar:

- a) O imóvel residencial próprio do casal, ou da entidade familiar, é impenhorável e não responderá por qualquer tipo de dívida civil, comercial, fiscal, previdenciária ou de outra natureza, contraída pelos cônjuges ou pelos pais ou filhos que sejam seus

proprietários e nele residam, salvo nas hipóteses previstas na lei.

- b) A impenhorabilidade compreende o imóvel sobre o qual se assentam a construção, as plantações, as benfeitorias de qualquer natureza e todos os equipamentos, inclusive os de uso profissional, ou móveis que guarneçem a casa, ainda que não quitados.
- c) Incluem-se na impenhorabilidade os veículos de transporte, obras de arte e adornos suntuosos.
- d) Para os efeitos de impenhorabilidade, considera-se residência um único imóvel utilizado pelo casal ou pela entidade familiar para moradia permanente ou temporária.
- e) Quando a residência familiar constituir-se em imóvel rural, a impenhorabilidade restringir-se-á à área limitada como pequena propriedade rural.

30. Assinale a alternativa que corresponde ao entendimento jurisprudencial adotado:

- a) O cancelamento de pensão alimentícia de filho que atingiu a maioridade se dá de modo automático, nos próprios autos do processo judicial em curso.
- b) A obrigação alimentar dos avós tem natureza complementar e solidária, configurando-se no caso de impossibilidade total ou parcial de seu cumprimento pelos pais.
- c) Os efeitos da sentença que reduz, majora ou exonera o alimentante do pagamento retroagem à data da citação, permitindo a compensação e a repetibilidade.
- d) O Ministério Público tem legitimidade ativa para ajuizar ação de alimentos em proveito de criança ou adolescente independentemente do exercício do poder familiar dos pais, ou do fato de o menor se encontrar nas situações de risco descritas do Estatuto da Criança e do Adolescente, desde que inexista Defensoria Pública na comarca.
- e) O fato de o representante legal das partes possuir atividade remunerada e o elevado valor da obrigação alimentar que é objeto da execução não podem, por si só, servir de empeço à concessão da gratuidade de justiça aos menores credores dos alimentos.

31. Assinale a alternativa que apresenta, respectivamente, a teoria adotada e os requisitos para desconsideração da personalidade jurídica, de acordo com Código Civil:

- a) Teoria Maior da Desconsideração da personalidade jurídica, que exige abuso da personalidade jurídica, bem como o prejuízo aos credores.
- b) Teoria Menor da Desconsideração da personalidade jurídica, que exige o desvio de finalidade, bem como o prejuízo aos credores.
- c) Teoria Maior da Desconsideração da personalidade jurídica, que exige a confusão patrimonial, bem como o prejuízo aos credores.
- d) Teoria Menor da Desconsideração da personalidade jurídica, que exige apenas o prejuízo aos credores.
- e) Teoria Maior da Desconsideração da personalidade jurídica, que exige desvio de finalidade, bem como o prejuízo aos credores.

32. Flávia namorava Eduardo, quando engravidou. Ao contar ao namorado sobre a gravidez, este achou que era muito novo para ser pai e desapareceu, não deixando paradeiro conhecido. Quatro meses depois, Flávia conheceu Vicente, e rapidamente começaram a se relacionar, prometendo ele “assumir” o nascituro. No dia em que nasceu a criança, Vicente foi até o registro civil de pessoas naturais e, de posse da declaração de nascido vivo fornecida pela maternidade, declarou que o menor recém-nascido era seu filho e de Flávia, sendo o registro de nascimento lavrado nesses termos. Diante dessa situação, é correto afirmar:

- a) O caso trata-se de uma adoção à brasileira, hipótese de adoção expressamente válida pelo ordenamento jurídico pátrio.
- b) A compreensão jurídica cosmopolita das famílias exige a restrição da tutela normativa a todas as formas pelas quais a parentalidade pode se manifestar.
- c) A paternidade responsável, na perspectiva da dignidade humana e da busca pela felicidade, impõe o

acolhimento, tanto dos vínculos de filiação construídos pela relação afetiva, quanto daqueles originados da ascendência biológica, sem que seja necessário decidir entre um ou outro vínculo quando o melhor interesse do descendente for o reconhecimento jurídico de ambos.

- d) Os arranjos familiares alheios à regulação estatal, por omissão, desabrigam da proteção a situações de pluriparentalidade, não merecendo tutela jurídica concomitante, para todos os fins de direito, os vínculos parentais de origem afetiva e biológica, ante os princípios constitucionais da dignidade da pessoa humana e da paternidade responsável.
- e) A paternidade socioafetiva, desde que não declarada em registro público, não impede o reconhecimento do vínculo de filiação concomitante baseado na origem biológica, com os efeitos jurídicos próprios.

33. Quanto à previsão normativa acerca do domicílio, assinale a afirmativa correta:

- a) O domicílio da pessoa natural é o lugar onde ela estabelece sua residência, desconsiderando-se a presença de ânimo definitivo.
- b) É também domicílio da pessoa natural, quanto às relações concernentes à profissão, o lugar onde esta é exercida.
- c) Se a pessoa exercer sua profissão em mais de um local, apenas um destes constituirá domicílio para todas as relações correspondentes.
- d) Ter-se-á em relação à pessoa natural que não tenha residência habitual, a ausência de domicílio, independentemente do local onde possa ser encontrada.
- e) A mudança de domicílio decorre da mudança de residência, independente da intenção manifesta do domiciliado em mudar.

34. Acerca do negócio jurídico, assinale a afirmativa correta.

- a) O Código Civil apresenta os requisitos do negócio jurídico, dentre os quais é incluída a causa.
- b) O falso motivo em um contrato será, em regra, irrelevante para a perfeição do negócio jurídico.
- c) Considera-se condição a cláusula que, derivando exclusivamente da vontade das partes, subordina o efeito do negócio jurídico a evento futuro e certo.
- d) Se a lesão ficar caracterizada em um negócio jurídico, não poderá o juiz reconhecer a sanatória do ato.
- e) O silêncio não significa, em hipótese nenhuma, anuência da parte, pois conforme preconiza o direito civil, quem cala não consente.

35. Ludmilla, solteira e desimpedida, mãe de três filhas maiores e também solteiras, estabelece união homoafetiva com Anitta, abstendo-se, contudo, de regulamentar a referida relação por escrito. Ao longo do período de convivência, Ludmilla adquiriu uma kitnet no interior de São Paulo, onde estabeleceu residência com sua companheira.

Diante do recente falecimento de Ludmilla, que apenas deixou o imóvel em que residia, Anitta fará jus:

- a) a um sétimo do apartamento;
- b) à meação e a um quarto do imóvel;
- c) à meação do bem e ao direito real de habitação sobre o referido bem;
- d) a um quarto do imóvel e da garantia do direito real de habitação sobre este;
- e) à meação, a mais um quarto do imóvel e ao direito de habitação sobre bem.

36. A associação Morro Vermelho, constituída por moradores do loteamento de mesmo nome, decide, por meio de assembleia, colocar em funcionamento uma cantina no centro do loteamento, ao lado da área de lazer comum, objetivando, assim melhorar seu caixa com o lucro da atividade.

Essa deliberação é considerada:

- a) válida, pois o lucro será destinado à associação;
- b) nula, pois a associação não pode ter fins econômicos;
- c) ineficaz quanto aos associados, uma vez que não receberão os lucros;
- d) ilícita, já que não faz parte do objeto social;
- e) legal, pois o lucro deverá ser partilhado entre os associados.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Rodrigo Vaslin

37. Assinale a alternativa correta sobre as normas fundamentais do processo:

- a) Ao aplicar o ordenamento jurídico, o juiz atenderá aos fins sociais e às exigências do bem comum, resguardando e promovendo a dignidade da pessoa humana e observando a proporcionalidade, a razoabilidade, a legalidade, a publicidade e a eficiência.
- b) Os juízes e os tribunais atenderão, obrigatoriamente, à ordem cronológica de conclusão para proferir sentença ou acórdão.
- c) As partes têm o direito de obter em prazo razoável a solução integral do mérito, excluída a atividade satisfativa.
- d) O juiz não deve proferir decisão contra uma das partes sem que lhe seja dada oportunidade de se manifestar, ainda que a decisão seja proferida em ação monitória, quando evidente o direito do autor.
- e) A conciliação, a mediação e outros métodos de solução consensual de conflitos deverão ser estimulados por juízes, advogados, defensores públicos

e membros do Ministério Público, exceto quando processo judicial já estiver em curso.

38. Sobre a jurisdição, marque a alternativa incorreta:

- a) Para postular em juízo é necessário ter interesse e legitimidade.
- b) Ninguém poderá pleitear direito alheio em nome próprio, salvo quando autorizado pela lei.
- c) O interesse do autor pode limitar-se à declaração da existência, da inexistência ou do modo de ser de uma relação jurídica.
- d) É admissível a ação meramente declaratória, ainda que tenha ocorrido a violação do direito.
- e) A jurisdição civil é exercida pelos juízes e pelos tribunais em todo o território nacional.

39. Assinale a alternativa incorreta acerca da competência:

- a) A incompetência, absoluta ou relativa, será alegada como questão preliminar de contestação.
- b) A incompetência relativa não pode ser alegada pelo Ministério Público nas causas em que atuar.
- c) Caso a alegação de incompetência seja acolhida, os autos serão remetidos ao juízo competente.
- d) A incompetência absoluta pode ser alegada em qualquer tempo e grau de jurisdição e deve ser declarada de ofício.
- e) Reputam-se conexas 2 (duas) ou mais ações quando lhes for comum o pedido ou a causa de pedir.

40. Analise as seguintes assertivas:

- I. O juiz nomeará curador especial ao réu preso revel, bem como ao réu revel citado por edital ou com hora certa, ainda que tenha constituído advogado.
- II. O cônjuge necessitará do consentimento do outro para propor ação que verse sobre direito real

imobiliário, salvo quando casados sob o regime de separação absoluta de bens.

III. A concessão de gratuidade não afasta a responsabilidade do beneficiário pelas despesas processuais e pelos honorários advocatícios decorrentes de sua sucumbência.

IV. A decisão que indeferir a gratuidade ou a que acolher pedido de sua revogação é irrecorrível

A opção que traz a informação correta é:

- a) I e II.
- b) I, II e IV.
- c) II e III
- d) I.
- e) todas estão erradas.

41. Em relação à petição inicial, assinale a alternativa correta:

- a) A petição inicial indicará o juízo a que é dirigida, o fato e os fundamentos jurídicos do pedido, sendo dispensado indicar o valor da causa.
- b) A petição inicial poderá ou não ser instruída com os documentos indispensáveis à propositura da ação.
- c) O juiz, ao verificar que a petição inicial não preenche os requisitos legais ou que apresenta defeitos e irregularidades capazes de dificultar o julgamento de mérito, determinará que o autor, no prazo de 15 (quinze) dias, a emende ou a complete, indicando com precisão o que deve ser corrigido ou completado, e mesmo se aquele não cumprir a diligência terá sua petição deferida.
- d) É ilícita a cumulação, em um único processo, contra o mesmo réu, de vários pedidos, ainda que entre eles não haja conexão.
- e) A petição inicial será indeferida quando for inepta.

42. Sobre o julgamento antecipado parcial do mérito,

- a) a decisão que julgar parcialmente o mérito poderá reconhecer a existência de obrigação líquida, vedado o reconhecimento da obrigação ilíquida.
- b) a liquidação e o cumprimento da decisão que julgar parcialmente o mérito poderão ser processados em autos suplementares, a requerimento da parte ou a critério do juiz.
- c) a decisão que julgar parcialmente o mérito é impugnável através de recurso de apelação.
- d) a parte poderá executar desde logo a obrigação reconhecida na decisão que julgar parcialmente o mérito, devendo, em regra, prestar caução no caso de recurso contra essa decisão pendente de julgamento.
- e) o juiz só poderá decidir parcialmente o mérito quando um ou mais dos pedidos formulados ou parcela deles mostrar-se incontrovertido ou o réu for revel.

43. No que se refere às respostas do réu, assinale a alternativa correta.

- a) A reconvenção e a contestação devem ser apresentadas em peças separadas, mas protocoladas simultaneamente, sob pena de preclusão.
- b) A incompetência absoluta e relativa devem ser alegadas pelo réu na contestação, constituindo preliminares processuais.
- c) O impedimento do Juiz deve ser arguido por meio de exceção, em peça autônoma, mas no mesmo prazo para o oferecimento de contestação.
- d) As alegações de impedimento e de suspeição devem ser realizadas na contestação e constituem questões preliminares de natureza processual.
- e) O réu somente pode insurgir-se quanto ao valor atribuído à causa por meio de petição específica, não podendo fazê-lo em preliminar de contestação.

44. Marque a alternativa correta sobre precedentes:

- a) O incidente de assunção de competência é admissível quando envolver relevante questão de direito, com grande repercussão social e com repetição em múltiplos processos.
- b) Considera-se julgamento de casos repetitivos a decisão proferida em incidente de resolução de demandas repetitivas, que pode ter por objeto questão de direito material ou processual.
- c) A alteração de tese jurídica adotada em enunciado de súmula ou em julgamento de casos repetitivos deverá ser precedida de audiências públicas e da participação de pessoas, órgãos ou entidades que possam contribuir para a rediscussão da tese.
- d) É inadmissível a assunção de competência quando o julgamento de recurso, de remessa necessária ou de processo de competência originária envolver relevante questão de direito, com grande repercussão social, mas sem repetição em múltiplos processos.
- e) Julgado o IRDR, a tese firmada será aplicada a todos os processos que tratem do tema, excetuados aqueles em curso perante os Juizados Especiais, que somente observarão julgados emanados da Turma Nacional de Uniformização..

45. Em relação ao cumprimento de sentença, é correto afirmar:

- a) A sentença arbitral não é considerada como título executivo para fins de cumprimento de sentença.
- b) A intimação em cumprimento de sentença será somente por meio eletrônico ou carta.
- c) O cumprimento de sentença não pode ser efetuado perante os tribunais de Justiça.
- d) O cumprimento da sentença não poderá ser promovido em face do fiador, do coobrigado ou do corresponsável que não tiver participado da fase de conhecimento.
- e) Serão devidos honorários no cumprimento de sentença contra a Fazenda Pública que enseje

expedição de precatório, ainda que não tenha sido impugnada.

46. De acordo com as disposições contidas no Código de Processo Civil, assinale a alternativa correta em relação ao processo de execução.

- a) Quando o executado não possuir bens penhoráveis, suspende-se a execução pelo prazo de 1 (um) ano, interrompendo-se a prescrição.
- b) Os embargos à execução serão, em regra, recebidos no efeito suspensivo.
- c) Não são admissíveis embargos à execução antes da penhora, depósito ou caução.
- d) Caso haja litisconsortes com diferentes procuradores, de escritórios de advocacia distintos, o prazo para opor embargos à execução será contado em dobro.
- e) O juiz poderá, a requerimento do embargante, atribuir efeito suspensivo aos embargos quando verificados os requisitos para a concessão da tutela provisória e desde que a execução já esteja garantida por penhora, depósito ou caução suficientes.

47. Sobre os recursos no processo civil, assinale a alternativa correta.

- a) O recolhimento do porte de remessa e de retorno é devido mesmo nos processos em que os autos sejam eletrônicos.
- b) A renúncia ao direito de recorrer depende da aceitação da outra parte.
- c) O recurso adesivo fica subordinado ao recurso independente, sendo-lhe aplicáveis as mesmas regras deste quanto aos requisitos de admissibilidade e julgamento no tribunal, salvo disposição legal diversa.
- d) Quando o pedido ou a defesa tiver mais de um fundamento, mas o juiz acolher apenas um deles, a apelação devolverá ao tribunal o conhecimento deste único fundamento.
- e) O agravo de instrumento será dirigido ao juiz que prolatou a decisão agravada.

48. Sobre a ação rescisória, avalie as seguintes afirmações:

- I. O direito à rescisão se extingue em 1 (um) ano contado do trânsito em julgado da última decisão proferida no processo.
- II. A propositura da ação rescisória não impede o cumprimento da decisão rescindenda, ressalvada a concessão de tutela provisória.
- III. A decisão de mérito, transitada em julgado, pode ser rescindida quando, dentre outras situações previstas no CPC/15, violar manifestamente norma jurídica.
- IV. De acordo com o CPC, a decisão de mérito, transitada em julgado, poderá ser rescindida se o autor ou o réu obtiverem prova nova cuja existência ignoravam.

Está correto o que se afirma em:

- a) I e III.
- b) I e IV.
- c) II e IV.
- d) III.
- e) II e III.

DIREITO PENAL

Michael Procópio

49. Assinale a alternativa correta quanto às disposições legais e ao entendimento dos tribunais superiores sobre aplicação da lei penal no tempo e no espaço:

- a) A lei excepcional ou temporária, desde que não decorrido o período de sua duração ou não cessadas as circunstâncias que a determinaram, aplica-se ao fato praticado durante sua vigência.
- b) A lei penal mais grave aplica-se ao crime continuado ou ao crime permanente, se a sua vigência é anterior à cessação da continuidade ou da permanência.
- c) Quanto ao lugar do crime, o Código Penal adotou a teoria da atividade.

d) os crimes cometidos contra a Administração Pública, por quem está a seu serviço, estão sujeitos à lei penal brasileira, por constituírem hipótese de extraterritorialidade condicionada.

e) para o Código Penal, a *abolitio criminis* possui natureza jurídica de causa extintiva da tipicidade.

50. Os princípios são normas relevantes para a aplicação do Direito Penal e para a sua própria compreensão. Assinale a alternativa INCORRETA sobre os princípios tratados pela doutrina:

- a) Do princípio da intervenção mínima decorrem o princípio da subsidiariedade e o da coculpabilidade.
- b) O princípio da humanidade é o fundamento da proscrição de penas cruéis no ordenamento jurídico brasileiro.
- c) O princípio da legalidade possui conteúdo jurídico e político.
- d) A obrigação de reparar o dano e a pena de perdimento de bens são exceções ao princípio da intranscendência da pena.
- e) É inadmissível a aplicação do princípio da insignificância aos crimes e contravenções cometidos contra a mulher no âmbito das relações domésticas.

51. Sobre a teoria do crime, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) Sob o ponto de vista da teoria naturalística do resultado, os crimes podem ser materiais, formais e de mera conduta.
- b) O Código Penal adotou, em relação ao nexo causal, a teoria da equivalência das condições.
- c) Segundo Zaffaroni, a tipicidade deve ser analisada sob uma perspectiva conglobante, abrangendo os aspectos formal, material e a antinormatividade.
- d) Segundo a teoria da imputação objetiva, o nexo causal deve ser também jurídico, razão pela qual se considera como antecedente causal a conduta que implique um

risco proibido em relação ao bem jurídico tutelado pela norma penal.

e) A doutrina majoritária entende que nosso Direito Penal acolhe a fase ou teoria da independência ou da autonomia do tipo, em razão de sua compatibilidade com o finalismo.

52. Assinale a alternativa que NÃO representa um entendimento sumulado pelo Superior Tribunal de Justiça:

a) O período de suspensão do prazo prescricional é regulado pela duração máxima da pena, nos termos do artigo 75 do Código Penal.

b) O aumento na terceira fase de aplicação da pena no crime de roubo circunstaciado exige fundamentação concreta, não sendo suficiente para a sua exasperação a mera indicação do número de majorantes.

c) A pronúncia é causa interruptiva da prescrição, ainda que o Tribunal do Júri venha a desclassificar o crime.

d) A reincidência não influi no prazo da prescrição da pretensão punitiva.

e) O princípio da insignificância é inaplicável aos crimes contra a Administração Pública.

53. Assinale a alternativa INCORRETA sobre os crimes contra a dignidade sexual:

a) o crime de importunação é expressamente subsidiário.

b) Realiza montagem em fotografia com a finalidade de incluir pessoa em cena de nudez configura a forma equiparada do delito de registro não autorizado da intimidade sexual, previsto no parágrafo único do artigo 216-B do CP.

c) No crime de favorecimento da prostituição ou de outra forma de exploração sexual de criança ou adolescente ou de vulnerável, a exploração sexual é verificada sempre que a sexualidade da pessoa menor de 18 e maior de 14 anos é tratada como mercancia. Por isso, é imprescindível a figura do intermediador.

d) A lei prevê, expressamente, que o consentimento da vítima é irrelevante para o crime de estupro de vulnerável, mesmo que não se trate de vítima menor de 14 anos.

e) Configura o chamado estupro corretivo a prática de referido delito para controlar o comportamento social da vítima.

54. Astolfo, aluno do Curso de Medicina de uma instituição pública, afirma que Leonardo, o seu professor, está traindo a esposa todo dia que uma aluna da universidade, cujo o nome não foi revelado. Sendo assim, é correto afirmar que Astolfo praticou o crime de:

a) Injúria, haja vista que atribui a Leonardo fato que não constitui crime, não sendo cabível, a hipótese de oposição de exceção da verdade.

b) Calúnia, haja vista que atribui a Leonardo o crime de adultério, sendo cabível, a hipótese de oposição de exceção da verdade.

c) Difamação, pois atribuiu a Leonardo fato que não constitui crime, sendo cabível, a hipótese de oposição de exceção da verdade, uma vez que Leonardo é funcionário público.

d) Difamação, haja vista que atribui a Leonardo fato que não constitui crime, não sendo cabível, a hipótese de oposição de exceção da verdade.

e) Calúnia, pois atribuiu a Leonardo o crime de adultério, não sendo cabível, a hipótese de oposição de exceção da verdade.

55. Paulo, com ódio dos seus vizinhos, lança uma pedra contra ambos. Assim, acaba ferindo gravemente Luzia, que fica mais de 30 dias afastada do trabalho, e machuca levemente Leonardo, que foi atingido após a pedra ter desviado a sua trajetória, ao atingir Luzia. Assinale a alternativa correta:

a) No concurso formal próprio há desígnios autônomos.

b) No caso de concurso de crimes, a multa deve ser aplicada pelo sistema de exasperação.

c) Para o concurso formal perfeito e crime continuado, o Código Penal adota o sistema do cômulo material de penas.

d) Paulo responderá por concurso formal impróprio de crimes.

e) Paulo responderá por concurso material homogêneo de crimes.

56. Alessandro assaltou Maria com uma faca, em janeiro de 2014, levando seu aparelho celular, avaliado em R\$ 2.000,00.

Dois dias depois, usando a mesma faca, exigiu que seu vizinho lhe pagasse um valor que lhe devia um mês antes do vencimento da dívida, além de uma quantia a mais, segundo ele, por compensação contratual que entendia devida, mas sem base legal ou contratual.

Por fim, no ano de 2020, foi preso pela polícia, apresentando o nome falso de Júlio Medina.

Assinale a alternativa que representa os crimes que ele cometeu:

a) dois roubos em continuidade delitiva e falsidade ideológica.

b) roubo e extorsão, sendo o fato cometido em 2020 atípico, devido à autodefesa.

c) roubo simples, extorsão e falsa identidade.

d) roubo qualificado pelo emprego de arma, extorsão e falsa identidade.

e) dois roubos em concurso material, sendo o fato cometido em 2020 atípico, devido à autodefesa.

57. É causa interruptiva da prescrição:

a) O oferecimento da denúncia ou queixa.

b) A pronúncia, desde que o Tribunal do Júri não desclassifique o crime.

c) A publicação da sentença ou acórdão condenatórios recorríveis.

d) A interposição de embargos de declaração ou de recursos aos Tribunais Superiores, quando inadmissíveis.

e) A celebração de acordo de não persecução penal.

58. No tocante ao conflito aparente de normas, seus conceitos doutrinários e o entendimento jurisprudencial dos tribunais superiores, marque a alternativa INCORRETA:

a) no caso de progressão criminosa em sentido estrito, há o chamado dolo cumulativo, por haver modificação no elemento subjetivo do agente.

b) o Superior Tribunal de Justiça só aceita a aplicação do princípio da consunção no caso de uma norma mais leve ser absorvida por uma mais grave.

c) Nelson Hungria prevê que uma das normas funciona como soldado de reserva no âmbito de aplicação do princípio da subsidiariedade.

d) o princípio da especialidade é o único dos princípios relacionados ao conflito aparente de normas que está previsto expressamente no Código Penal.

e) a doutrina aponta como princípios para a resolução do conflito aparente de normas o da especialidade, o da subsidiariedade, o da consunção e o da alternatividade.

59. Assinale a alternativa correta sobre culpabilidade:

a) Para se verificar a potencial consciência da ilicitude, não se deve exigir conhecimento técnico pelo agente. Para esse fim, é suficiente a valoração paralela na esfera do profano.

b) Conforme entendimento que prevalece na doutrina, a coação moral irresistível exclui a culpabilidade, enquanto a coação física exclui a ilicitude da conduta.

c) A exigibilidade de conduta diversa, conforme entendimento do Superior Tribunal de Justiça, só fica afastada nas duas hipóteses previstas no Código Penal, a coação moral irresistível e a obediência estrita a ordem, não manifestamente ilegal, de superior hierárquico.

- d) Segundo a teoria da cocalpabilidade, as pessoas que não tiveram oportunidades na vida devem ser punidas com maior rigor.
- e) A culpabilidade representa a conexão psicológica entre a conduta típica e ilícita e o agente, conforme se extrai do Código Penal, após a reforma da Parte Geral em 1984.

60. Julgue os itens a seguir:

- I – A culpabilidade exige a consciência da ilicitude, seja atual, seja ao menos potencial. Para a análise da consciência da ilicitude, não se exige o conhecimento técnico pelo agente. Basta, portanto, a chamada valoração paralela na esfera do profano.
- II- O tipo penal do crime de induzimento a erro essencial e ocultação de impedimento, previsto no artigo 236 do Código Penal, é classificado como norma penal em branco imprópria ou homogênea heterovitelina.
- III - Natan, querendo se apropriar de uma grande quantidade que Larissa recebeu em espécie, chama-a para um encontro logo após saber que ela estava com o dinheiro na bolsa. Larissa, que era declaradamente apaixonada por Natan, aceita o convite. No bar, ele aplica um sonífero na bebida da moça e, quando ela adormece, subtrai todo o valor. Natan cometeu furto mediante fraude.

Neste caso, está(ão) correto(s) o(s) item(ns):

- a) I e II.
- b) II e III.
- c) I.
- d) I e III.
- e) II.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

Leonardo Tavares

61. Sobre as provas no processo penal, assinale a alternativa correta.

- a) Serão sujeitos a exame os instrumentos empregados para a prática da infração, a fim de se lhes verificar a natureza e a eficiência.
- b) Durante o curso do inquérito policial, as partes podem apresentar quesitos e requerer a oitiva dos peritos para esclarecerem a prova.
- c) Havendo mais de um acusado, o juiz poderá interrogá-los separadamente ou em conjunto, de acordo com a dinâmica da audiência, devendo fundamentar a decisão.
- d) Em interrogatório realizado na modalidade videoconferência não se prevê a possibilidade de antes o acusado acompanhar a realização dos demais atos da audiência una.
- e) A confissão será indivisível e retratável, sem prejuízo do livre convencimento do juiz, fundado no exame das provas em conjunto.

62. A respeito da prova testemunhal, marque a opção correta tendo em vista o disposto no Código de Processo Penal.

- a) A expedição da precatória suspende a instrução criminal e impede a prolação de sentença antes do seu retorno.
- b) O juiz não poderá ouvir outras testemunhas, além das indicadas pelas partes.
- c) Poderão se recusar a depor, condicionalmente, o ascendente ou descendente, o afim em linha reta, o cônjuge, ainda que desquitado, o irmão e o pai, ou a mãe do réu.
- d) O juiz não admitirá as perguntas que puderem induzir a resposta, não tiverem relação com a causa ou importarem na repetição de outra já respondida, bem

como aquelas que possam prejudicar a parque que arrolou.

e) As perguntas serão formuladas pelo juiz diretamente à testemunha, podendo as partes complementar a inquirição.

63. Sobre a prisão em flagrante, nos precisos termos do CPP, é correto afirmar:

a) após receber o auto de prisão em flagrante, no prazo máximo de até 24 (vinte e quatro) horas após a realização da prisão, o juiz deverá promover audiência de custódia, na qual será possível relaxar a prisão ilegal, converter a prisão em flagrante em preventiva ou, ainda, conceder liberdade provisória, com ou sem fiança.

b) considera-se também em flagrante delito quem é perseguido, logo após a prática da infração, pela autoridade, em situação que faça presumir ser autor da infração, desde que a perseguição cesse antes do anoitecer.

c) o flagrante prorrogado ocorre quando a autoridade policial induz o agente a praticar a infração penal, situação que é vedada em nosso ordenamento jurídico.

d) nas infrações permanentes, entende-se o agente em flagrante delito no momento em que praticado o último ato de execução.

e) os crimes de ação penal privada e pública condicionada não permitem a prisão em flagrante, diante da inexistência de imediato interesse estatal na medida constitutiva da liberdade.

64. Será admitida a prisão preventiva:

I – Nos crimes dolosos punidos com pena privativa de liberdade máxima superior a 4 (quatro) anos.

II – Se o crime envolver violência doméstica e familiar contra a mulher, criança, adolescente, idoso, enfermo ou pessoa com deficiência, para garantir a execução das medidas protetivas de urgência.

III – No caso de descumprimento de outra medida cautelar, ainda que o delito praticado possua pena máxima igual ou inferior a 4 (quatro) anos.

IV – Com a finalidade de antecipação de cumprimento de pena ou como decorrência de investigação criminal ou da apresentação ou recebimento de denúncia.

a) Estão corretas apenas as assertivas I e II.

b) Estão corretas apenas as assertivas I e III.

c) Estão corretas apenas as assertivas I, II e IV.

d) Estão corretas apenas as assertivas II e IV.

e) Estão corretas apenas as assertivas I, II e III.

65. Assinale a alternativa correta considerando o disposto no Código de Processo Penal.

a) Ao proferir sentença condenatória, o juiz fixará o valor de reparação dos danos causados pela infração, considerando os prejuízos sofridos pelo ofendido ou terceiros.

b) Qualquer das partes poderá, no prazo de 5 (cinco) dias, pedir ao juiz que declare a sentença, sempre que nela houver obscuridade, ambiguidade, contradição ou omissão.

c) O juiz, sem modificar a descrição do fato contida na denúncia ou queixa, poderá atribuir-lhe definição jurídica diversa, desde que a pena a ser aplicada não seja alterada.

d) Encerrada a instrução probatória, se entender cabível nova definição jurídica do fato, em consequência de prova existente nos autos de elemento ou circunstância da infração penal não contida na acusação, o juiz poderá proferir a sentença considerando essa nova classificação, independentemente da atuação de qualquer das partes, ainda que tenha de aplicar pena mais grave.

e) Nos crimes de ação pública, o juiz poderá proferir sentença condenatória, ainda que o Ministério Pùblico tenha opinado pela absolvição, bem como reconhecer agravantes, embora nenhuma tenha sido alegada.

66. Em relação ao procedimento do julgamento de crimes de competência do Tribunal do Júri, marque a opção correta.

- a) Na instrução preliminar, proceder-se-á à tomada de declarações do ofendido, se possível, à inquirição das testemunhas arroladas pela defesa e pela acusação, nesta ordem, bem como aos esclarecimentos dos peritos, às acareações e ao reconhecimento de pessoas e coisas, interrogando-se, em seguida, o acusado.
- b) A fundamentação da pronúncia limitar-se-á à indicação da materialidade do fato e da existência de indícios suficientes de autoria ou de participação, devendo o juiz declarar o dispositivo legal em que julgar inciso o acusado e especificar as circunstâncias qualificadoras e as causas de aumento de pena.
- c) Não se convencendo da materialidade do fato ou da existência de indícios suficientes de autoria ou de participação, o juiz deverá absolver sumariamente o acusado.
- d) Contra a sentença de improonúncia ou de absolvição sumária caberá recurso em sentido estrito, visando a reinclusão do réu na acusação.
- e) Ao final do sumário da culpa, o juiz não poderá dar ao fato definição jurídica diversa da constante da acusação, sob pena de violação ao princípio da soberania dos veredictos.

67. Será cabível o desaforamento, quando:

- a) o interesse da ordem pública o reclamar ou houver dúvida sobre a segurança pessoal do acusado, somente a requerimento do Ministério Pùblico, do assistente, do querelante ou do acusado.
- b) houver dúvida sobre a imparcialidade do júri, por determinação do juiz presidente do Tribunal do Júri ou mediante requerimento das partes.
- c) a requerimento do Ministério Pùblico, do assistente, do querelante ou do acusado ou mediante representação do juiz competente, houver dúvida sobre a imparcialidade do júri.
- d) existir comprovado excesso de serviço, ouvidos o juiz presidente e a parte contrária, se o julgamento não

puder ser realizado no prazo de 1 (um) ano, contado do trânsito em julgado da decisão de pronúncia.

- e) houver pedido expresso da família da vítima, independentemente de razões para tanto.

68. Em relação aos procedimentos especiais, nos termos do CPP, assinale a alternativa correta.

- a) Nos crimes afiançáveis de responsabilidade dos funcionários públicos, estando a denúncia ou queixa em devida forma, o juiz mandará autuá-la e ordenará a notificação do acusado para defesa preliminar.
- b) No processo por crime de calúnia ou injúria, o juiz oferecerá às partes oportunidade para se reconciliarem, fazendo-as comparecer em juízo e ouvindo-as, separadamente, sempre na presença dos seus advogados.
- c) Quando for oferecida a exceção da verdade ou da notoriedade do fato imputado no crime de calúnia, o querelante poderá contestar a exceção no prazo de dois dias, sendo, na sequência e sem instrução probatória, os autos conclusos para sentença.
- d) O procedimento especial de julgamento de crimes de responsabilidade dos funcionários públicos se aplica somente aos crimes funcionais próprios.
- e) O pedido de explicações é incidente prévio obrigatório no caso de ofendido por difamação ou injúria.

69. No tocante aos recursos, julgue os itens a seguir e marque a alternativa correta.

- a) Os recursos serão sempre voluntários, sendo defeso ao juiz submeter o processo ao duplo grau de jurisdição de ofício ou por imposição legal.
- b) Ambas as partes podem desistir do recurso que tenham interposto, antes que seja realizado o julgamento.
- c) No exercício do duplo grau de jurisdição, o tribunal pode aplicar a 'mutatio libelli'.
- d) No caso de concurso de agentes, a decisão do recurso interposto por um dos réus, se fundado em motivos

que não sejam de caráter exclusivamente pessoal, aproveitará aos outros.

e) O efeito substitutivo de recursos é aquele que autoriza que toda a matéria decidida em primeiro grau seja reapreciada pelo tribunal *ad quem*.

70. Assinale a alternativa correta em relação à revisão criminal.

a) Será admitida quando a sentença condenatória for contrária ao texto expresso da lei penal ou à evidência dos autos, desde que não tenha sido apresentado recurso de apelação.

b) Somente será cabível quando se descobrirem novas provas de inocência do condenado ou de circunstância que determine ou autorize diminuição especial da pena

c) Será cabível quando a sentença condenatória se fundar em depoimentos, exames ou documentos comprovadamente falsos.

d) Não poderá ser reiterada, ainda que fundada em novas provas.

e) Poderá ser requerida em qualquer tempo, antes da extinção da pena.

LEGISLAÇÃO PENAL ESPECIAL

Ivan Marques

71. Agindo com abuso de poder, o Delegado da 2ª Delegacia Especializada em Delitos Patrimoniais da Comarca de São Paulo, decretou sem ordem judicial a prisão temporária de Adilson. Para castigá-lo, deixou de encaminhar o preso para a audiência de custódia e tal situação já dura 16 dias. Adilson, conhecedor de seus direitos, decide impetrar habeas corpus de próprio punho. Aponte nas alternativas abaixo qual será a autoridade competente para conhecer da presente ação de habeas corpus e qual será o recurso cabível se for denegado:

a) Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo; Reclamação Constitucional.

b) Tribunal Regional Federal da 3ª Região; Apelação.

c) Superior Tribunal de Justiça; Mandado de segurança em matéria criminal.

d) Juiz de 1º grau; Recurso em sentido estrito.

e) Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo; Recurso Ordinário Constitucional.

72. Além do crime de lavagem de capitais, a Lei 9.613/96 também traz conteúdo processual. A respeito das disposições processuais indicadas, assinale a alternativa CORRETA:

a) a ordem de prisão poderá ser suspensa pelo juiz, ouvido o Ministério Público, quando a sua execução imediata comprometer a busca por elementos informativos de prova.

b) o juiz, ouvido o Ministério Público, nomeará exclusivamente pessoa física para administrar os bens sujeitos a medidas assecuratórias.

c) o acusado citado por edital que não comparecer nem constituir advogado terá seu processo suspenso, junto com o prazo prescricional.

d) a prescrição do crime antecedente interfere diretamente na constituição típica do delito de lavagem de capitais, pelo desinteresse demonstrado pelo Estado na cadeia causal dos fatos.

e) a decisão sobre a unidade de processo e julgamento dos processos envolvendo a infração penal antecedente e o delito de lavagem de capitais caberá ao Ministério Público, titular das ações penais.

73. Aponte a alternativa integralmente correta em relação ao procedimento comum sumaríssimo:

a) a formalização do auto de prisão em flagrante será possível se o suspeito se recusar a comparecer ao Juizado Especial Criminal quando for notificado para a audiência preliminar.

b) caberá apelação da decisão judicial que homologa a composição civil dos danos.

- c) o Ministério Público poderá optar entre a apresentação de proposta de transação penal e o arquivamento.
- d) o crime de lesão corporal passou a ser condicionado à representação da autoridade policial, como condição objetiva de procedibilidade, apenas nos casos da lesão ser leve ou culposa e não for hipótese de aplicação da Lei Maria da Penha.
- e) a suspensão do processo será obrigatoriamente revogada se o acusado vier a ser processado, no curso do prazo do período de prova do sursis processual, por jogo do bicho.

74. A prática de fato previsto como crime doloso constitui falta grave e, quando ocasionar subversão da ordem ou disciplina internas, sujeitará o preso provisório, ou condenado, nacional ou estrangeiro, sem prejuízo da sanção penal, ao regime disciplinar diferenciado, com a seguinte característica:

- a) participação em audiências judiciais, excepcionalmente por videoconferência, garantindo-se a participação do defensor no mesmo ambiente do preso.
- b) direito do preso à saída da cela por 2 (duas) horas diárias para banho de sol.
- c) visitas semanais de 2 (duas) pessoas por vez, a serem realizadas em instalações equipadas para impedir o contato físico e a passagem de objetos.
- d) recolhimento em celas com, no máximo, 4 (quatro) presos, desde que não haja contato com presos do mesmo grupo criminoso.
- e) duração máxima de até 360 (trezentos e sessenta) dias, sem prejuízo de repetição da sanção por nova falta grave.

75. Os condenados que cumprem pena em regime semiaberto não poderão obter saída temporária do estabelecimento no seguinte caso:

- a) visita à família;

- b) frequência a curso supletivo profissionalizante, na Comarca do Juízo da Execução.
- c) frequência a curso de instrução do 2º grau ou superior, na Comarca do Juízo da Execução.
- d) falecimento ou doença grave do cônjuge, companheira, ascendente, descendente ou irmão.
- e) participação em atividades que concorram para o retorno ao convívio social.

76. Sobre a legislação extravagante ao Código Penal e a jurisprudência majoritária do Superior Tribunal de Justiça, analise as afirmativas a seguir no tocante à Lei Maria da Penha:

- I. A prática de crime ou contravenção penal contra a mulher no ambiente doméstico impossibilita a substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos.
- II. Não é possível a aplicação do princípio da insignificância nos delitos praticados com violência ou grave ameaça no âmbito das relações domésticas e familiares.
- III. O descumprimento de medida protetiva de urgência configura o crime de desobediência, previsto no art. 330 do Código Penal.

São corretas:

- a) Todas.
- b) Apenas I e II.
- c) Apenas I e III.
- d) Apenas II e III.
- e) Apenas a III.

77. Aponte a alternativa que contraria as disposições normativas da tutela de crianças e adolescentes:

- a) pratica crime a autoridade competente que deixa, sem justa causa, de ordenar a imediata liberação de criança

ou adolescente, tão logo tenha conhecimento da ilegalidade da apreensão.

b) a adequação formal ao tipo penal da conduta de vender explosivo será possível se o destinatário do produto for criança ou adolescente.

c) o crime de promover ou auxiliar a efetivação de ato destinado ao envio de criança ou adolescente para o exterior com inobservância das formalidades legais ou com o fito de obter lucro possui qualificadora se houver emprego de violência, grave ameaça ou fraude.

d) a mera promessa para entregar o filho a terceiro mediante recompensa futura encontra-se na fase dos atos preparatórios do *iter criminis*.

e) os atos praticados em salas de bate papo da internet por adultos podem integrar o delito de corrupção de menores.

78. Evair, engenheiro desempregado, em busca de dinheiro para pagar suas dívidas, decide vender drogas pela primeira vez na vida. Assim que entrega a droga para um usuário e recebe o pagamento, é flagrado pela Polícia Militar e conduzido ao Distrito Policial. Em caso de condenação por tráfico de drogas:

a) fará jus a atenuante específica por força da primariedade.

b) poderá valer-se do princípio da insignificância.

c) poderá ver a sua pena privativa de liberdade substituída por pena restritiva de direitos.

d) poderá receber proposta de transação penal.

e) poderá receber proposta de acordo de não persecução penal.

79. Em relação à transação penal, aponte a alternativa CORRETA:

a) Trata-se da aplicação imediata de pena restritiva de direitos ou multas por parte do Ministério Público.

b) A proposta não pode apresentar apenas a pena de multa.

c) O juiz homologa a proposta caso o suspeito já a tenha cumprido, para fins de homologação e extinção da punibilidade.

d) O aceite da proposta não importa em reincidência, mas tem como requisito a confissão.

e) Da sentença homologatória caberá apelação em 10 dias.

80. Aponte a alternativa CORRETA sobre a monitoração eletrônica na fase de execução penal:

a) O juiz poderá definir a fiscalização por meio da monitoração eletrônica quando autorizar a saída temporária no regime aberto.

b) A desnecessidade da medida não tem o condão de revogá-la.

c) O juiz poderá definir a fiscalização por meio da monitoração eletrônica quando determinar a prisão domiciliar.

d) O fiscal de monitoração será instruído acerca dos cuidados que o condenado deverá adotar com o equipamento eletrônico.

e) A violação comprovada dos deveres previstos neste artigo poderá acarretar, a critério do juiz da execução, ouvidos o Ministério Público e a defesa, a suspensão de visitas íntimas.

DIREITO TRIBUTÁRIO

Mateus Pontalti

81. É causa de suspensão da exigibilidade do crédito tributário:

a) conversão do depósito em renda

b) moratória

c) pagamento

d) isenção

e) transação

82. Assinale a alternativa correta:

- a) É constitucional a edição de medidas provisórias para instituir ou majorar quaisquer dos tributos previstos pela Constituição.
- b) É inconstitucional a edição de medidas provisórias para instituir ou majorar tributos.
- c) É constitucional a edição de medidas provisórias para instituir ou majorar impostos, sendo vedada a sua utilização para majorar ou instituir outras espécies tributárias.
- d) É constitucional a edição de medidas provisórias para instituir ou majorar tributos, salvo com relação aqueles cuja regulamentação seja reservada à lei complementar.
- e) É inconstitucional a edição de medidas provisórias para instituir ou majorar impostos, sendo permitida a sua utilização para majorar ou instituir outras espécies tributárias.

83. Sobre os impostos de competência municipal é correto afirmar:

- a) Os municípios brasileiros devem estabelecer, por meio de lei complementar, as normas gerais definidoras do fato gerador, bases de cálculo e contribuintes e do ISSQN.
- b) O ITBI é de competência Municipal, porém compete ao Estado da situação do bem a sua instituição.
- c) O ISS é um imposto municipal, dependente de lei ordinária, porém sua estrutura normativa está disciplinada no CTN, o qual foi recepcionado como lei complementar.
- d) É defeso ao Município atualizar o IPTU, mediante Decreto, em percentual superior ao índice oficial de correção monetária.
- e) O IPTU não poderá ter alíquotas progressivas em razão do valor venal do imóvel

84. De acordo com a jurisprudência do STF e do STJ, assinale a alternativa incorreta:

- a) Não constitui fato gerador do ICMS o deslocamento de mercadoria de um para outro estabelecimento do mesmo contribuinte
- b) Não incide ICMS sobre o fornecimento de água tratada por concessionária de serviço público
- c) O fornecimento de mercadorias com simultânea prestação de serviços em bares, restaurantes e estabelecimentos similares constitui fato gerador do ICMS a incidir sobre o valor total da operação.
- d) O ICMS incide no serviço dos provedores de acesso à Internet.
- e) Todas as afirmativas estão corretas.

85. Julgue os itens a seguir:

- i) O fato gerador é instantâneo quando a sua realização se dá em um átimo de tempo, a cada nova operação realizada.
 - ii) O fato gerador periódico ou complexivo é aquele cuja formação ocorre ao longo de um espaço de tempo. Ao final do período previsto em lei, valoriza-se todos os fatos isolados que, somados, tem a aptidão para fazer nascer a relação jurídica de direito tributário
 - iii) O fato gerador continuado é aquele que descreve uma conduta que revela um estado de permanência.
- a) Todas os itens estão corretos
 - b) Nenhum dos itens estão corretos.
 - c) Apenas os itens i e ii estão corretos.
 - d) Apenas o item i está correto.
 - e) apenas o item ii está correto.

86. Sobre isenções tributárias, assinale a alternativa correta:

- a) As isenções objetivas são aquelas levam em consideração as circunstâncias individuais do sujeito passivo.
- b) Salvo se aprovada pela maioria absoluta dos membros do Poder Legislativo, é vedada a instituição de isenções condicionadas, que são aquelas cuja fruição depende da realização de alguma contrapartida por parte do sujeito passivo.
- c) As isenções abrangem apenas os tributos, não se estendendo às penalidades pecuniárias.
- d) A isenção não pode ser restrita a determinada região do território da entidade tributante, sob pena de ofensa ao princípio da isonomia.
- e) As isenções sempre abarcam os tributos instituídos posteriormente à sua concessão.

87. Sobre as anistias, assinale a alternativa incorreta:

- a) A anistia abrange exclusivamente as infrações cometidas anteriormente à vigência da lei que a concede.
- b) A anistia não pode ser concedida em caráter geral.
- c) A anistia não se aplica, salvo disposição em contrário, às infrações resultantes de conluio entre duas ou mais pessoas naturais ou jurídicas.
- d) A anistia pode ser concedida apenas a determinada região do território da entidade tributante, em função de condições a ela peculiares.
- e) A anistia pode ser concedida apenas às infrações punidas com penalidades pecuniárias até determinado montante, conjugadas ou não com penalidades de outra natureza.

88. Acerca da interpretação e integração da legislação tributária, é correto afirmar que:

- a) os princípios gerais de direito privado utilizam-se para pesquisa da definição, do conteúdo e do alcance de

seus institutos, conceitos e formas, e para definição dos respectivos efeitos tributários.

b) na ausência de disposição expressa, a autoridade competente para aplicar a legislação tributária utilizará, sucessivamente, na ordem indicada, a analogia, os

os princípios gerais de direito tributário, os princípios gerais de direito público e a equidade.

c) a lei tributária que define infrações, ou lhe comina penalidades, interpreta-se sempre da maneira mais favorável ao acusado, desde que sua conduta não seja dolosa.

d) do emprego da analogia poderá resultar exigência de tributo não previsto em lei.

e) Pode-se interpretar extensivamente a legislação tributária que disponha sobre suspensão ou exclusão do crédito tributário, outorga de isenção ou dispensa do cumprimento de obrigações tributárias acessórias.

89. Assinale a alternativa correta, de acordo com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal:

- a) Normas relativas à prescrição e decadência em matéria tributária podem ser introduzidas por lei ordinária.
- b) O serviço de iluminação pública pode ser remunerado mediante taxa.
- c) A taxa cobrada exclusivamente em razão dos serviços públicos de coleta, remoção e tratamento ou destinação de lixo ou resíduos provenientes de imóveis, viola o artigo 145, II, da Constituição Federal.
- d) É inconstitucional a taxa de renovação de funcionamento e localização municipal.
- e) As contribuições devidas ao Sebrae, à Apex e à ABDI foram recepcionadas pela EC 33/2001.

90. Assinale a alternativa correta, de acordo com a jurisprudência do STF:

- a) É inconstitucional a fixação de alíquota progressiva para o Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação.
- b) É incompatível com a Constituição Federal a norma infraconstitucional que atribui a órgão integrante do Poder Executivo da União a faculdade de alterar as alíquotas do Imposto de Exportação.
- c) A majoração do valor venal dos imóveis para efeito da cobrança de IPTU prescinde da edição de lei em sentido formal.
- d) Declarada inconstitucional a progressividade de alíquota tributária do IPTU, é indevida a exigência de qualquer valor a título de tributo.
- e) Não viola a legalidade tributária a lei que, prescrevendo o teto, possibilita o ato normativo infracional fixar o valor de taxa em proporção razoável com os custos da atuação estatal.

DIREITO EMPRESARIAL

Alessandro Sanchez

91. De acordo com o artigo 966 do Código Civil, é adequado assegurar que o Direito brasileiro concluiu a transição para a

- a) “teoria da empresa”, de matriz italiana.
- b) “teoria da empresa”, de matriz francesa
- c) “teoria dos atos de comércio”, de matriz italiana.
- d) “teoria dos atos de comércio”, de matriz francesa.
- e) “teoria dos atos empresariais” de matriz alemã.

92. Assinale a alternativa que indique o que é empresário para o Código Civil

- a) O sócio de qualquer sociedade empresária, desde que exerce o cargo de administrador.

b) o agente que exerce profissionalmente atividade econômica organizada para a produção e circulação de bens e serviços.

c) Equiparado à pessoa jurídica que pratica a atividade econômica organizada para a produção de bens e serviços.

d) Um indivíduo a quem a lei atribui responsabilidade limitada se tiver integralizado o capital social empregado na produção.

e) local de exercício da atividade empresarial.

93. Considera-se complexo de bens organizado para o exercício da empresa, por empresário ou sociedade empresária:

- a) Ponto.
- b) Patente.
- c) Atividade econômica desenvolvida profissionalmente.
- d) Estabelecimento.
- e) local da empresa.

94. Será constituída por uma única pessoa titular da totalidade do capital social, a empresa individual de responsabilidade limitada devidamente integralizado, que não será inferior

- a) 10 (dez) vezes o maior salário-mínimo vigente no país.
- b) 40 (quarenta) vezes o maior salário-mínimo vigente no país.
- c) 20 (vinte) vezes o maior salário-mínimo vigente no país.
- d) 100 (cem) vezes o maior salário-mínimo vigente no país.
- e) 60 (sessenta) vezes o maior salário-mínimo vigente no país.

95. Indique a alternativa adequada sobre a capacidade de ser empresário e a faculdade dos cônjuges em contratar sociedade.

- a) Possuem capacidade para serem sócios entre si os casados no regime de separação obrigatória.
- b) Apenas podem ser sócios entre si cônjuges casados sob o regime de separação de bens.
- c) Faculta-se aos cônjuges contratar sociedade, entre si, desde que não tenham casado no regime da comunhão universal de bens.
- d) Os separados judicialmente não podem contratar sociedade entre si e com terceiros, salvo se já feita a partilha de bens.
- e) Os cônjuges não podem ser sócios em nenhuma hipótese

96. De acordo com o artigo 966 do Código Civil, é adequado assegurar que a empresa se perfaz no

- a) sujeito praticante da atividade de produção e comércio de bens e serviços de forma organizada, profissional e com busca de lucro.
- b) na própria atividade de produção e comércio de bens e serviços de forma organizada, profissional e busca de lucro.
- c) ato de comércio.
- d) local onde se desenvolve a atividade empresarial
- e) ponto de negócio.

97. Assinale a alternativa que indique a sociedade unipessoal limitada no Código Civil

- a) O sócio de qualquer sociedade empresária, desde que exerça o cargo de administrador.
- b) a pessoa jurídica que exerce profissionalmente atividade econômica organizada para a produção e circulação de bens e serviços.

c) Equiparado ao empresário individual que pratica a atividade econômica organizada para a produção de bens e serviços.

- d) Um indivíduo a quem a lei atribui responsabilidade limitada, ainda que não tenha integralizado o capital social empregado na produção.
- e) a pessoa jurídica exercente de empresa.

98. As redes sociais de determinada sociedade limitada integram:

- a) o Ponto.
- b) a Patente.
- c) a Atividade econômica desenvolvida profissionalmente.
- d) o Estabelecimento.
- e) marca

99. A empresa individual de responsabilidade limitada será constituída

- a) por pessoa natural que já integre outra EIRELI.
- b) apenas por pessoas naturais.
- c) pessoas naturais ou jurídicas individuais.
- d) por pessoa jurídica que já tenha constituído outra EIRELI.
- e) pessoas naturais ou jurídicas, independentemente do objeto.

100. A Empresa KINGUIO S/A em vista de decisão assemblear pretende deixar de existir para unir-se a outra sociedade anônima de capital fechado que se denomina COMPANHIA FLOWER HORN.

As assembleias respectivas em ambas as companhias é para decidir que nenhuma delas continuará existindo para dar início a uma terceira companhia que se

2º Simulado Nivelamento Campanha AJV – 07/08/2021

denominará KINGUIO SILVER S/A. A operação societária indicada denomina-se

a) Cisão integral;

b) Grupo econômico;

c) Fusão;

d) incorporação

e) Cisão parcial

Preencha o Gabarito!

<https://bit.ly/Simulado-Nivelamento-ECJ-07-08>

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<http://bit.ly/Assinatura-ECJ>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES!

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link conheça!

<https://bit.ly/Sistemas-de-Questões>